



**Unidade Regional de Presidente
Prudente
UR-05**



PROCESSO : 7116.989.22-9
INTERESSADO : ÁLVARES MACHADO
ASSUNTO : I Fiscalização Ordenada 2022 - Resíduos Sólidos
RESPONSÁVEL : ROGER FERNANDES GASQUES
CPF : 350.139.648-14

Senhor(a) Conselheiro(a),

Consoante determinação superior e orientação dos DSFs realizamos, no dia 10 de março, a I Fiscalização Ordenada de 2022, com intuito de verificar o cumprimento, pelos municípios paulistas, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

A ação padronizada foi realizada com o apoio de aplicativo desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação, consistente em questionário previamente elaborado.

Assim, juntamos aos presentes autos o relatório da inspeção realizada, com as respostas aos quesitos formulados, dentre os quais destacamos os seguintes apontamentos:

- Foi verificada a seguinte irregularidade na área de triagem/transbordo: Resíduos sólidos fora dos containers e carcaças de veículos na área de transbordo.;
- Não existe monitoramento do aterro sanitário desativado;
- A prefeitura não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações;



- Não foi elaborado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde;
- A coleta de lixo doméstico no Município não obedece a um cronograma definido (dias, locais e horários pré estabelecidos);
- Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza algum tipo de processamento de resíduo;
- A coleta seletiva no Município não obedece a um cronograma definido (dias, locais e horários pré estabelecidos);
- A água que abastece o Município não provém em sua totalidade de Estação de Tratamento de Água (ETA);
- O Município não definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, em desconformidade à Lei nº 11.445/2007, art. 8º, § 5º;
- Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município (lixo doméstico, lixo da saúde);
- A área de transbordo/triagem do Município não conta com licença de operação válida da CETESB;
- Existe depósito de resíduos da Construção Civil a céu aberto (lixão);
- Foi verificada a seguinte irregularidade na área de triagem/transbordo: Presença de animais;
- Não existe programação de coleta de resíduos de serviços de saúde.

Destarte, submetemos os autos à elevada apreciação de Vossa Excelência, para as providências que entender pertinentes, ressaltando que o Órgão Público foi eletronicamente cientificado de que



**Unidade Regional de Presidente
Prudente
UR-05**



o relatório de Fiscalização, com as ocorrências constatadas, encontra-se disponível para conhecimento neste processo.

UR-05, em 15 de Março de 2022.

Maurides Tedeschi
Diretor Técnico de Divisão